

# **A questão feminina na Primeira Internacional: participação feminina e debates sobre as mulheres na Associação Internacional dos Trabalhadores**

*The feminine question in the First International: women's participation and debates about women in the International Workingmen's Association*

**Danielle Jardim da Silva\***

## **Resumo**

A Associação Internacional dos Trabalhadores<sup>1</sup>, a I Internacional, foi uma das primeiras organizações internacionais de trabalhadores a se comprometer com a derrubada do capitalismo. Ela surgiu e se desenvolveu em um momento em que a classe trabalhadora feminina crescia sob condições extremamente precárias, ao mesmo tempo em que mulheres de outras classes também começavam a reivindicar direitos. Como a I Internacional interagiu e se posicionou com/sobre as mulheres trabalhadoras que começaram a participar de manifestações, sindicatos e da própria AIT? Que debates e tensões aconteceram em seu seio sobre a participação e questões femininas? Que deliberações sobre a questão feminina ocorreram na AIT? Essas são algumas das perguntas que buscamos responder neste artigo.

**Palavras-chave:** movimento operário; mulheres; Associação Internacional de Trabalhadores.

## **Abstract**

*The International Workingmen's Association, The First International, was one of the first international worker's organizations committed to the overthrow of capitalism. It emerged and developed itself in a moment when the female working class was growing under extremely precarious conditions, while women from other classes were also beginning to demand rights. How did the 1st International interact and position itself with/about women workers that started taking part in protests, unions, and in the IWMA itself? What debates and tension took place in the IWMA about female participation and issues? What deliberations on women's questions were taken in the IWMA? Those are some of the questions we seek to answer in this article.*

**Keywords:** worker's movement; women; International Workingmen's Association.

---

\*Professora de História, especialista em gênero e sexualidade pelo Instituto de Medicina Social (IMS)-UERJ/CLAM; mestre e doutoranda em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>1</sup> No texto nos referimos à entidade através dos nomes AIT, Internacional, Primeira Internacional, I Internacional ou Associação.

## A Associação Internacional dos Trabalhadores

A primeira metade do século XIX foi marcada por uma grande expansão industrial em diversos países europeus. Esse processo andou de braços dados com a produção de massas expropriadas que tiveram que se sujeitar a uma exploração brutal e com a ausência de direitos trabalhistas e políticos para os trabalhadores na maioria dos países. É esse o contexto no qual surgem as primeiras iniciativas operárias: greves, abaixo-assinados, protestos, revoltas, e também a formação de sindicatos e articulações de solidariedade entre trabalhadores.

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864, em Londres, em uma assembleia que reuniu dois mil trabalhadores no St Martin's Hall, inicialmente se configurou como uma organização bastante plural, fundada sob lemas gerais como a fraternidade e a paz. Naquele momento, a ideia era construir um fórum internacional de discussão para examinar problemas dos operários. Ainda não havia a intenção de fundar uma organização que agisse como instrumento de coordenação da iniciativa política e sindical da classe trabalhadora internacional. Suas ideias iniciais giravam em torno da luta por melhores condições, aumento de salários, redução da jornada de trabalho etc. (Musto, 2014, p. 20).

A AIT também era uma organização muito diversa em sua composição, tendo sido marcada pela participação de diferentes grupos políticos como os sindicalistas reformistas ingleses, seguidores de Pierre Joseph Proudhon<sup>2</sup>, “marxistas”, setores democráticos sem tradição socialista, utopistas etc. (Musto, 2014, pp. 21-22).

As ações da AIT ocorriam em torno da divulgação de suas ideias em múltiplos jornais, acompanhamento de greves e organização de ações de solidariedade entre trabalhadores como recolhimento de contribuições para fundos de greve, impulsionamento de sociedades de resistência etc. Em termos de números, a entidade não foi muito grande, possuindo em seu auge, nos anos 1871-1872, cerca de 150 mil filiados<sup>3</sup>.

Uma das principais importâncias da AIT foi o fato de que nela se gestaram e se desenvolveram diversos debates fundamentais para o movimento operário, para o socialismo e o anarquismo. Ao longo dos seus fóruns, conferências e congressos internacionais, a AIT foi avançando nessas formulações. Algumas delas, que consideramos mais importantes, foram (Musto, 2014, pp. 34-42; 56-58; 72-75):

---

<sup>2</sup> Eles compunham a ala moderada da internacional, tendo como uma de suas lideranças principais o francês Henri-Luis Tolain. Os proudhonistas defendiam que a emancipação dos trabalhadores poderia ser alcançada por meio da fundação de cooperativas de produção financiadas por um banco popular central. Acreditavam ser possível modificar o capitalismo com base no acesso igual ao crédito, visto como determinante. Eles se posicionavam contra a interferência do Estado nas relações de trabalho (inclusive a redução legal da jornada de trabalho), contra a socialização das terras e meios de produção e contra as greves, pois estas aumentariam os fermentos de ódio entre povo e burguesia separando classes que deveriam se fundir, e eram contra o envolvimento político dos trabalhadores (Musto, 2014, pp. 38; 32; 21-22).

<sup>3</sup> Dados apresentados por Marcelo Musto. O autor reconhece a dificuldade de contabilização do número de filiados devido às filiações coletivas de associações e sindicatos e à clandestinidade à qual a militância do movimento operário estava obrigada a se submeter em diversos países diante da forte repressão dos governos. (MUSTO, 2014, p. 25)

1. O posicionamento (1866<sup>4</sup>) a favor da *intervenção do Estado* para a garantia de direitos da classe trabalhadora;
2. O reconhecimento (1866) dos *sindicatos* como ferramentas indispensáveis nas guerras de guerrilha entre o capital e o trabalho;
3. Reconhecimento da *greve* (1866) como instrumento necessário, inclusive não só para as lutas por demandas imediatas, mas também para a formação da consciência de classe dos trabalhadores;
4. O posicionamento (1867 e 1868) a favor da *propriedade estatal dos meios de produção*, transporte e circulação, minas, ferrovias, propriedades fundiárias, canais, estradas, telégrafos e florestas, resoluções de fundamental importância para a definição das bases econômicas do socialismo, constituindo-se como os primeiros pronunciamentos sobre a necessidade de socialização dos meios de produção mediante a utilização do poder público;
5. O posicionamento (1869) a favor da *abolição da propriedade individual* e sua doação para a comunidade;
6. O entendimento (1871) do *partido* como instrumento indispensável para o triunfo da revolução e a abolição das classes, e a consideração da luta econômica e política como indissolúvelmente ligadas, a partir da transformação da AIT em um partido internacional centralizado e disciplinado sob a liderança do Conselho Geral em 1871;
7. A formulação (1873) da *greve geral* como arma para a revolução social, ou seja, os esboços da concepção anarcossindicalista;
8. Debates (1871 a 1873) sobre o *sujeito revolucionário* e o desenvolvimento da *consciência de classes*, bem como sobre a necessidade de destruir todo *poder político* ou conquistá-lo pelo proletariado, debates esses feitos por Karl Marx e Mikhail Bakunin no contexto da AIT.

É interessante perceber como as elaborações políticas tanto do socialismo quanto do anarquismo foram se formando e moldando na história viva da AIT e do movimento operário. Para os socialistas marxistas, formulações fundamentais foram frutos dessa experiência política como a luta pela tomada do poder pela classe trabalhadora, bem como a defesa da socialização dos meios de produção. A I Internacional, surgida na Europa como encontro de militância oriunda de diversos países, em muitos casos exilados e fugitivos políticos, também exercitou a solidariedade internacional entre os trabalhadores os permitiu compreender melhor o modo de produção capitalista.

Como veremos, a I Internacional também foi um terreno importante para a discussão sobre a “questão feminina”<sup>5</sup> no movimento operário.

## **A I Internacional e a Questão Feminina**

---

<sup>4</sup> As datas referem-se às datas dos Congressos da AIT (ou Conferências). São eles: I Congresso da AIT (Genebra, 1866); II Congresso (Lausanne, 1867); III Congresso (Bruxelas, 1868); IV Congresso (Basileia, 1869); Conferência de Londres (1871); V Congresso (Haia, 1872); VI Congresso (Genebra, 1873); VII Congresso (Bruxelas, 1874); VIII Congresso (Berna em 1876) e IX Congresso (Verviers, 1877).

<sup>5</sup> Termo habitualmente utilizado no séc. XIX e início do XX.

O crescimento do capitalismo do século XIX utilizou como recurso fundamental o emprego da força de trabalho feminina e infantil nas fábricas que surgiam. O afluxo cada vez maior de mulheres como trabalhadoras assalariadas gerou múltiplos debates e confrontos de ideias sobre o papel das mulheres na sociedade, sobre o trabalho feminino, seus direitos etc. Socialistas, mas também liberais, feministas, conservadores, religiosos, juristas, governos, médicos e serviços de saúde tentavam chegar a uma opinião sobre o que fazer ou pensar diante do novo papel que as mulheres vinham assumindo em uma sociedade que ainda as via como mães, donas de casa e esposas.

A Internacional, fundada nessa conjuntura, aos poucos foi delimitando posicionamentos-chave para o encontro entre feminismo e movimento operário: a leitura da situação das mulheres trabalhadoras, a especificidade da condição das mulheres e a identificação de que seu lugar era também nas lutas operárias. Nas próximas linhas, destacamos alguns aspectos desses temas, buscando dar uma amostra de como esses debates se gestaram no interior da AIT.

### **Debates sobre o trabalho feminino**

No momento do surgimento da I Internacional, entre as tradições do socialismo e/ou do movimento operário, existiam duas principais vertentes de interpretação sobre o trabalho feminino: 1) Uma que via a entrada das mulheres no mercado de trabalho como processo inevitável e irreversível e se propunha a abraçar as mulheres e suas lutas dentro do movimento operário, aprofundando reflexões que aliavam a libertação das mulheres e sua ligação com a derrubada do capitalismo. 2) Outra, formada por setores do movimento operário que buscavam lutar por direitos para a classe trabalhadora, mas apenas sua parcela masculina, enquanto propagavam um lugar das mulheres restrito ao espaço doméstico e às tarefas como mãe, esposa e dona de casa.

No conjunto da I Internacional, as posições sobre o trabalho feminino se dividiram ao longo dos anos e se relacionaram frequentemente com a configuração de seus grupos políticos (correlações de forças internas). Gostaríamos de destacar duas “alas” que tiveram importância no debate interno da entidade sobre a questão feminina em seus primeiros anos.

Um desses grupos ligados a uma forma particular de compreensão sobre as mulheres era o formado pelos seguidores das ideias de Pierre Joseph Proudhon. Proudhon, em seu trabalho *De la justice dans la révolution em dans l'église*, publicado em 1858, defendeu que mulheres eram inferiores aos homens, não somente fisicamente, como também moralmente e intelectualmente e sua única qualidade específica era serem belas. Essa ala da Internacional formada por seus seguidores em geral se posicionou contra o trabalho feminino, visto como algo que deveria ser combatido e que baixava os salários da classe trabalhadora, e também contra a participação política das mulheres (Hayat, 2018; Proudhon, 1858).

Outro grupo entendia o trabalho feminino como inevitável sob o capitalismo industrial e se somava às reivindicações de direito ao trabalho pelas mulheres, posicionando-se a favor do trabalho feminino e da participação política das mulheres. Esse era, entretanto, um “grande grupo”, diverso e contando com diversas tendências como oweistas, saint-simonianos, anarquistas e socialistas, que defendiam a participação política das mulheres e o trabalho feminino, ainda que com diferenças entre si.

Friedrich Engels, em 1845, quando publicou *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (Engels, 2010), dedicou parte importante de seu livro à denúncia das condições de exploração brutal das mulheres da classe operária. Ele chamou atenção para as condições de trabalho e os baixos salários aos quais as mulheres estavam submetidas, e também sobre as situações de assédio sofridas pelas mulheres nas fábricas, bem como para o impacto da exploração capitalista sobre a família operária. As mesmas observações foram levantadas por Karl Marx na publicação de *O capital* em 1867 (Marx, 2013). Os dois também se posicionaram a favor do trabalho feminino e da participação política das mulheres na Internacional. Marx, em 1865, por exemplo, convidou Lizzy Burns<sup>6</sup> a juntar-se a AIT (Schrupp, 2018, p. 343).

Ainda em 1866, o tema sobre o trabalho feminino já estava previsto nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório*, documento escrito por Marx, que reunia tarefas da internacional para o 1º Congresso da AIT, realizado em Genebra. Nelas, ele enfatizou a importância da limitação da jornada de trabalho a 8h/dia, discorreu sobre as condições do trabalho infantil e feminino, ressaltou a importância do fortalecimento de sindicatos e cooperativas de produtores (Herres, 2018, pp. 307-308).

Schrupp (2018, pp. 344-345) relata que, no Congresso de Genebra, os delegados discutiram por horas a proibição do trabalho assalariado feminino. O ponto começou a partir do documento do Conselho Geral que propunha a proibição do trabalho noturno para as mulheres, mas a maioria dos delegados franceses queria proibir qualquer forma de trabalho para as mulheres, enquanto os ingleses, por sua vez, consideravam essa posição uma loucura diante da crescente industrialização. Eugène Varlin e Antoine Bourdon<sup>7</sup> defenderam o trabalho feminino e sugeriram, em vez de sua proibição, a luta para melhorar as condições de trabalho para todos.

Por fim, o congresso, que tinha a delegação inglesa como maioria, mas com os franceses como a segunda maior delegação, acabou por aprovar dois documentos, do Conselho Geral (CG) e o que representava a maioria da delegação francesa (contra o trabalho feminino) (Schrupp, 2018, pp. 344-345).

Ao fim de todo o debate, o congresso indicou uma comissão responsável por acumular sobre esse tema e apresentar propostas no próximo congresso. O objetivo era a preparação de um relatório estatístico sobre a classe trabalhadora a ser elaborado pelas sessões nos países e remetido ao CG para a elaboração de um relatório geral. Entre os itens do relatório, que previa mapear salários, horas de trabalho, tempo de refeição, condições de habitação, tipo de indústria, entre outros elementos, está um mapeamento do sexo dos trabalhadores (Musto, 2014, pp. 115-117).

Assim, vemos uma preocupação em traçar o perfil da classe trabalhadora nos países, de modo a potencializar tanto uma compreensão do capitalismo quanto a mobilização da classe operária local. Esse é um indicativo pequeno, mas importante no sentido de perceber que os dirigentes da AIT estavam preocupados e atentos à análise do processo de feminização da classe, que avançava ao longo do XIX.

---

<sup>6</sup> Irmã de Mary Burns, também liderança entre os trabalhadores irlandeses (Engels, 2010, Nota de rodapé, p. 11).

<sup>7</sup> Militantes da seção francesa, mas que, no entanto, eram a favor do trabalho feminino e da educação pública.

Nos anos de 1867 e 1868, houve debates sobre os efeitos da maquinaria sobre os trabalhadores. No documento elaborado pela “Comissão sobre o trabalho e o capital” (parte dos *Relatórios da comissão do Congresso sobre as questões programáticas* apresentados no 2º Congresso, em Lasaunne, em 1867), ainda estava presente a ideia de que os capitalistas atacavam a classe trabalhadora tanto material quanto moralmente ao empregar um grande número de mulheres e crianças. Vejamos:

A comissão reconhece que, de todos os meios empregados até hoje, as máquinas são os [meios] mais potentes para se alcançar o resultado que pretendemos obter, a saber, a melhoria material da classe trabalhadora; mas que, para obtê-lo, é absolutamente urgente que o trabalho, por meio da associação e com a ajuda dos bancos de crédito cooperativo, aproprie-se dos meios de produção, a fim de colocá-los a serviço de todos, e que eles não estejam mais nas mãos do capitalista, que, até o dia de hoje, *deles se servem apenas para seus próprios interesses, em detrimento da classe trabalhadora, em termos tanto morais como materiais, mediante o emprego de um grande número de mulheres e crianças nas fábricas* (Musto, 2014, p. 118).

O 2º Congresso da AIT discutiu novamente o trabalho feminino. Em meio ao debate sobre os efeitos da maquinaria sobre os trabalhadores, François Chemalé leu relatório sobre o impacto das máquinas de costura sobre as mulheres trabalhadoras (Jarige, 2018, p. 99). A seção belga apresentou então dois relatórios. Um, da maioria, com visão proudhonista, que apoiava o papel tradicional das mulheres sob o argumento de que o trabalho feminino industrial era anormal e contra a natureza, e outro, da minoria, em favor do direito ao trabalho e associação das mulheres. Ao fim, entretanto, a maioria dos delegados no congresso votou contra o trabalho assalariado feminino (Schrupp, 2018, pp. 344-345; Puissant, 2018, p. 156).

Enquanto a maioria belga defendeu posições conservadoras sobre as mulheres, o relatório da minoria, remetido ao 2º Congresso, também parte dos Relatórios da comissão do Congresso sobre as questões programáticas, tocava em temas fundamentais fazendo uma defesa competente do trabalho feminino e desmontando os argumentos contrários. Trata-se do documento mais interessante encontrado.

O documento começa da seguinte maneira:

As religiões antigas consideravam o trabalho como um castigo: hoje o homem vê no trabalho seu verdadeiro destino. O trabalho torna-se então um direito sagrado, que não pode ser negado a ninguém e que *a mulher pode reivindicar tanto quanto o homem*, pois apenas no trabalho ela encontrará a *independência* e a dignidade (Musto, 2014, p. 120; grifos adicionados).

É interessante notar que eles afirmam não só o direito ao trabalho, e a relação entre o trabalho e a independência das mulheres, mas também se posicionam a favor da luta das mulheres por esse direito.

Sobre a acusação de que o trabalho feminino gerava a redução dos salários masculinos, os signatários do documento argumentavam que isso ocorria por causa da forma como o trabalho era organizado e que poderia argumentar-se, diferentemente, que “o emprego de um número demasiado de homens reduziria o salário deles a um preço vil e concluir que é necessário limitar o número dos trabalhadores e restabelecer as antigas corporações”. Como solução



para a questão, eles propunham incluir as mulheres no “futuro sistema de organização do trabalho” (Musto, 2014, p. 121).

Ou seja, eles chamavam a atenção para o fato de que havia muitos elementos que interagiam para a formação do preço da força de trabalho e culpar as mulheres por isso era um argumento parcial. Para resolver a questão, as mulheres não deveriam ser excluídas do trabalho assalariado, mas sim reorganizar a forma do trabalho em uma nova sociedade, onde todos os trabalhadores, homens e mulheres, tivessem dignidade.

Havia também os que eram contra o trabalho feminino por conta da “imoralidade dos ateliês”. Mas eles ressaltavam que isso provinha de causas que não tinham relação com o “trabalho em si”, como a “pressão exercida por patrões e capatazes depravados”, da insuficiência de salários, que empurrava a mulher para a “devassidão”, e da “ignorância” que limitava as mulheres apenas aos “prazeres dos sentidos”. É muito significativo que, na metade do século XIX, eles não estivessem culpabilizando as mulheres por serem “imorais”, mas sim denunciando os assédios sexuais sofridos pelas mulheres nas fábricas, os baixíssimos salários recebidos por elas, que empurravam milhares de mulheres para a prostituição como recurso, e a ausência de possibilidades de educação, cultura e lazer pelas operárias (Musto, 2014, p. 121).

Em vez de levantarem a maquinaria como algo negativo, eles a ressaltam como algo positivo, no sentido de que as máquinas diminuía cada vez mais o papel da força física, aumentando o número de ocupações possíveis às mulheres. Mesmo se considerando os corpos em si, eles refutam os que argumentavam sobre a fragilidade das mulheres como razão para que não trabalhassem, e colocam que, enquanto o homem era dotado de força física, as mulheres eram dotadas de destreza, chamando atenção, diante disso, para a existência de um campo de trabalho bastante vasto para as mulheres. Assim, eles recusam a fragilidade do corpo feminino como algo incapacitante para o trabalho (embora não neguem a ideia de fragilidade remetida às mulheres e de força aos homens), ressaltando outras qualidades do corpo feminino, e ressignificam a discussão da maquinaria como uma abertura de novas possibilidades de trabalho às mulheres.

Avançando em direção ao confronto com o machismo “biologicista”, eles entram na discussão sobre a maternidade, ressaltando a capacidade produtiva da mulher grávida durante a maior parte da gravidez e colocando que as mulheres só não poderiam trabalhar entre os últimos meses de gravidez e os primeiros três anos de vida da criança. O documento apresenta um cálculo para provar que, considerando uma média de quatro filhos por mulher, ela ainda dedicava boa parte de sua vida ao trabalho e propõe a criação de um fundo especial destinado ao auxílio das mulheres grávidas ou com bebês pequenos que não pudessem contar com a ajuda do marido para seu sustento, no caso de serem solteiras (Musto, 2014, p. 121).

No mesmo item, eles respondem à ideia de que a mulher casada não teria tempo para trabalhar de forma contraditória:

Diz-se que a mulher é destinada ao casamento e, portanto, não terá tempo para trabalhar. A isso responderemos que ela *pode não se casar*, ser viúva sem filhos, ou já ter terminado de criá-los. Além disso, é preciso ter em mente que, com a divisão do trabalho, há tarefas que poderão ser melhor desempenhadas pela mulher casada, como a de preparar alimentos, lavar e passar, confeccionar roupas e educar as crianças em idade pré-escolar (Musto, 2014, p.121; grifos adicionados).

Muitas coisas chamam a atenção nesse trecho: enumerar, como primeira resposta à ideia de que o dever da mulher casada era no lar o fato de que as mulheres poderiam *escolher* não se casar devia ser algo chocante na época, embora nos meios dirigentes dos movimentos intelectuais e revolucionários, essa fosse uma prática relativamente comum. É interessante também que eles diversificam as mulheres ao abordá-las, não vendo todas de forma monolítica como mulheres mães, e ao mesmo tempo ressaltando a possibilidade de uma concomitância entre casamento e trabalho, desde que fosse desejo da mulher isso. Entretanto, os autores mobilizam as habilidades das mulheres no espaço reprodutivo e naturalizam a divisão do trabalho por gênero para reivindicar uma parte do mercado de trabalho para as mulheres. Se por um lado é perspicaz que eles percebam a linha de continuidade entre trabalho reprodutivo e trabalho assalariado feminino, por outro, eles parecem se aproximar de tendências do feminismo da época que reivindicavam espaço para as mulheres com base na ideia de diferença, e não de igualdade.

A possibilidade de escolha das mulheres, também aparece ao responder os homens que desejavam que as mulheres se ocupassem exclusivamente dos afazeres domésticos. O documento afirma que o homem que assim o desejasse, era livre para fazer isso “contanto que a mulher não seja forçadamente vinculada a ele por um laço de necessidade e que, caso queira separar-se dele, ela possa reencontrar uma existência independente no exercício de sua profissão” (Musto, 2014, p. 121). Ou seja, o desejo da mulher em manter uma relação era decisivo para a continuidade dessa relação, nos termos escolhidos por ela, e reafirmava-se a possibilidade de escolha da mulher por separar-se de um casamento (direito ao divórcio). Além disso, o casamento não poderia ser mantido unicamente com base na dependência econômica da mulher, que teria o direito de uma existência independente como trabalhadora. Nota-se também a percepção de uma interação entre possibilidade de subsistência e a de ruptura de um casamento, bem como entre a autonomia da mulher e sua existência enquanto trabalhadora.

Considerando-se que o documento era assinado por três homens<sup>8</sup>, ele termina de maneira ainda mais instigante ao propor que a AIT deveria se esforçar para

---

<sup>8</sup> P. Eslens, Eugène Hins e Paul Robin. Não temos informações sobre P. Eslens; Eugène Hins (1839-1933) foi inicialmente proudhoniano e mais tarde bakuninista, diretor do jornal *La Liberté*, membro da Federação Belga e delegado no Congresso de Bruxelas (1868) e Basileia (1869); Paul Robin (1837-?) foi professor escolar francês e circulou entre a Bélgica, a Suíça e Londres, um seguidor de Bakunin desde 1869 e membro do CG em 1870-1871 (Musto, 2014, p. 120).



desenvolver entre as mulheres as associações que atualmente só existem para os homens, estimulando-as a se federar com estes últimos, a fim de lutar em comum acordo pela emancipação do trabalho, sem a qual jamais conquistarão uma independência comum (Musto, 2014, p. 121).

Eles se colocam a favor da luta conjunta entre homens e mulheres, mas antevêm a importância de espaços de organização das mulheres, e, ao mesmo tempo, defendem que somente a luta comum entre homens e mulheres pela superação da atual forma de organização do trabalho seria capaz de emancipá-las. Esboçavam, assim, uma síntese entre feminismo e anticapitalismo.

O discurso de Marx na seção do CG em 28 de julho de 1868 voltou ao tema da maquinaria, relacionando-o com o aumento das horas de trabalho. No documento, entretanto, em vez da crítica à existência do trabalho feminino, há uma busca pela sua proteção, a partir da denúncia de que a Lei das dez horas, que limitava a 10:30h/dia a jornada de mulheres e crianças, não era cumprida na maioria das fábricas (Musto, 2014, p. 122).

A tomada de posicionamento sobre o trabalho feminino e a participação das mulheres por parte da AIT ocorria concomitante ao debate geral na sociedade sobre esses temas. Algumas das lideranças que faziam parte da AIT tinham participado de organizações que já haviam deliberado sobre questões ligadas às mulheres, como era o caso da *International Association*. Fundada em 1856, essa associação se constituiu como a primeira organização internacional com caráter proletário e socialista. Ela declarou que homens e mulheres tinham direitos iguais e abriu as portas para a filiação de mulheres (Bensimon, 2018, pp. 31-32).

Dada a existência de outras organizações operárias que já haviam avançado em reflexões sobre as mulheres e sua participação, podemos até mesmo dizer que a AIT não foi tão avançada nos seus posicionamentos sobre a questão, embora tenha tido entre seus componentes defensores e defensoras dos direitos das mulheres.

Ao mesmo tempo, olhar para sua história nos demonstra o quanto esse era um debate vivo no movimento operário do século XIX. Para moldar as posições da Internacional sobre esses temas, contribuíram tanto a correlação de forças e o debate interno, quanto a vida concreta cotidiana, ou seja, o fato de que, a despeito de suas posições, mulheres faziam greve, participavam e fundavam sindicatos e estavam presentes na própria Internacional.

### **A participação política das mulheres na AIT**

Embora as mulheres crescessem em número entre a classe trabalhadora e passassem a participar dos movimentos, a abertura de espaço à participação política das mulheres não foi automática. Na AIT, a posição de afirmação das mulheres na luta operária se construiu processualmente.

Nos primeiros anos da Associação, as posições sobre o trabalho feminino e a participação política das mulheres foram fortemente marcadas pela cisão entre dois lados e a superação dessas posições nos anos seguintes. Essa superação esteve ligada tanto à feminização da classe trabalhadora e à participação política das mulheres na prática, quanto às mudanças de correlação de forças na AIT, que passou pela perda de espaço dos mutualistas/proudhonistas e aumento das forças coletivistas/socialistas/marxistas e bakuninistas.

A organização das mulheres junto a espaços mistos com homens ou associações auto-organizadas de mulheres esteve presente, direta ou indiretamente, nos documentos e debates da I Internacional. No IV Congresso, realizado na Basileia em 1869, uma das resoluções recomendava que as sessões constituíssem sociedades de resistência, vistas como uma proteção eficaz para o trabalhador, “sem demora, em todos os países e em cada ramo da indústria, sejam seus trabalhadores homens ou *mulheres*”. Como podemos ver, na resolução, o lugar das mulheres no trabalho ou nas organizações operárias não é questionado, mas de alguma forma legitimado (Musto, 2014, p. 155).

A participação das mulheres nas organizações operárias seria até mesmo estimulada em 1871. Entre as resoluções adotadas na Conferência de Londres, realizada naquele ano, recomenda-se a “formação de sessões femininas em meio à classe operária” ressaltando que elas não interfeririam na existência das sessões já “compostas de ambos os sexos” (Musto, 2014, p. 309).

Em 1872, a Seção Central de Mulheres Trabalhadoras de Genebra remeteu como sua delegada ao V Congresso (realizado em Haia) a membro do CG Harriet Law através de um documento assinado por 16 trabalhadoras. O documento, além de ser um mandato expresso para a representação por Harriet Law, afirma questões femininas, intervindo sobre a pauta do congresso, e reivindica a diversidade de opiniões na AIT.

Considerando, em primeiro lugar, que as mulheres trabalhadoras têm necessidades iguais às dos homens trabalhadores, porém ganham muito menos que eles, a Seção Central de Mulheres Trabalhadoras pede ao Congresso que em suas resoluções inclua-se a seguinte disposição: que, de agora em diante, os acordos celebrados entre empregadores e trabalhadores em greve numa fábrica em que são empregadas mulheres estipularão para elas vantagens iguais às dos homens, tal como foi adotado no congresso da Federação Romana, realizado neste ano em Vevey (Musto, 2014, p. 135).

Além de ser importante notar que o texto parte de uma perspectiva de igualdade entre homens e mulheres, diferentemente ao expresso no relatório da minoria belga em 1867, apresentado anteriormente, o trecho mostra uma incidência direta da Seção de Mulheres sobre as resoluções Congressuais da AIT, no sentido de disputa por deliberações que as contemplassem, uma movimentação planejada que estava sendo realizada em nível local nas sessões. Ao mesmo tempo, a reivindicação específica – de garantir vantagens iguais para as mulheres nos acordos de greve – indica que o movimento operário do período tinha dificuldades em ter essa questão como horizonte e havia acordos de greve que garantiam vantagens diferentes para os homens e as mulheres trabalhadoras.

O papel extremamente ativo assumido por elas na Comuna de Paris e outras lutas impactou decisivamente seus contemporâneos ajudando a redefinir a forma como eram vistas. Cinzia Arruzza recupera brevemente a participação das mulheres que enfrentaram as baionetas da Guarda Nacional, convencendo os soldados, montando barricadas, mantendo a produção industrial e sendo mais de metade da força de trabalho nos meses da Comuna. O Manifesto de 8 de Abril, um dos documentos mais importantes da Comuna, fez um apelo para que as mulheres tivessem papel ativo na revolução. Criaram-se também iniciativas como uma comissão para a constituição de uma escola feminina que permitisse o acesso das mulheres à formação, fundou-se uma escola profissional exclusivamente para mulheres, creches foram abertas, bem como oficinas que

empregavam mão de obra feminina, e igualaram-se uniões de fato ao casamento. Arruzza comenta ainda sobre a combatividade das mulheres nos Comitês de Vigilância femininos e mistos, que atuavam nos bairros, e sobre a Semana Sangrenta, na qual elas combateram nas primeiras filas e um batalhão de 120 mulheres foi responsável por defender as barricadas entre a *Place Branche* e o *Boulevard Clichy*. Ao fim da Comuna, 1051 mulheres foram levadas ao conselho de guerra e processadas (Arruzza, 2010, pp. 32-36; Deluermoz, 2018, p. 109).

A participação das mulheres revolucionárias na Comuna de Paris foi descrita por Marx em *A guerra civil na França* (Musto, 2014, p. 246), documento aprovado pelo CG da AIT em 30 de maio de 1871 e divulgado posteriormente com uma velocidade e alcance impressionantes. Nele, Marx relata a existência de mulheres heróicas, nobres e devotadas, pensando, lutando, sangrando, construindo uma sociedade nova. As qualidades que Marx atribui às mulheres da comuna destoam muito das geralmente valorizadas nas mulheres da época. As qualidades de uma mulher revolucionária não eram a delicadeza, habilidades domésticas ou a passividade, mas a coragem e a devoção à transformação social, e as ações valorizadas eram pensar, lutar e sangrar por um mundo novo. A perspectiva de nobreza exposta não é a de uma classe social proprietária, mas a nobreza da doação à luta revolucionária<sup>9</sup>.

Ao longo dos anos, a participação das mulheres na AIT foi se tornando cada vez mais incisiva, ainda que a maioria de seus membros seguisse sendo de homens. Entre essas mulheres estavam operárias e intelectuais.

### **As mulheres militantes na I Internacional**

Embora muitos dos posicionamentos dos primeiros anos não ajudassem a fazer da entidade um polo atrativo para as mulheres, diversas mulheres, operárias e não operárias, tiveram a AIT como referência e local de intervenção. Nicolas Delalande (2018, p. 84), ao discorrer sobre os métodos de solidariedade entre trabalhadores articulados pela AIT, comenta que, no verão de 1869, trabalhadoras da seda de Lyon em greve decidem juntar-se à AIT. Marianne Enckell relata que, no mesmo ano, embora na seção suíça fosse formada majoritariamente por homens, as mulheres participavam de conferências e reuniões informais noturnas, bem como comenta sobre a existência da “seção das damas” em Genebra (Enckel, 2018, p. 356). Mulheres também estiveram presentes na manifestação de mais de mil pessoas em 15 de abril em Framerie, na Bélgica quando o exército matou três pessoas, incluindo uma mulher (Puissant, 2018, p. 152).

A seção russa, influenciada por uma mistura de blanquismo, niilismo e populismo russos e marxismo, contou com diversas mulheres ativas (Enckel, 2018, p. 356), como Anna Korvin-Krukovskaya (ou Anna Jaclard)<sup>10</sup>, feminista russa e revolucionária socialista que, junto com Charles Victor Jaclard participaria da Comuna de Paris; Natalia Korsini, uma das primeiras mulheres admitidas na Universidade de São Petersburgo, que, junto com Nikolai Utim, dirigiu as impressões da sociedade secreta que eles integravam; Zoya Obolenskaya, nobre que financiou o movimento e um jornal anarquista

---

<sup>9</sup> No mesmo trecho, entretanto, Marx expressa uma visão preconceituosa sobre as prostitutas (Musto, 2014, p. 246).

<sup>10</sup> Sua irmã, Sofia Kovalevskaya, era matemática e também próxima da seção russa.

*Narodnoe Delo* (A Causa do Povo); e Olga Lavashova, participante na seção feminina de Genebra, vista como a alma da AIT no local, com força importante nos comitês e conhecida pelos trabalhadores como Madame Olga (McClellan, 2018, pp. 195-202).

A cientista política e jornalista Antje Schrupp, que possui uma pesquisa dedicada a resgatar a história das mulheres da AIT, destaca que, embora a entidade fosse muito majoritariamente masculina (em sua direção, delegação de congressos e participação), diferentemente de outras organizações na época que tinham mulheres como membras e palestrantes nos Congressos<sup>11</sup>, algumas mulheres tomaram papel ativo na AIT, sobretudo em nível local, com destaque para a seção de Genebra. Ela discorre sobre quatro diferentes mulheres que fizeram parte da Associação: Virginie Barbet, Elizabeth Dimitrieff, André Léo e Victoria Woodhull.

Virginie Barbet foi uma das líderes da AIT na cidade de Lyon, tendo papel ativo na greve das trabalhadoras/es têxteis nessa mesma cidade, que acabou por levar muitos novos membros à AIT. Junto com Marie Richard, fundou um grupo feminista em Lyon, e defendia o feminismo igualitário e a abolição das diferenças de gênero<sup>12</sup>. Na Internacional, se posicionou na ala bakunista (Schrupp, 2018, pp. 347-348).

Segundo Schrupp, Barbet provavelmente conheceu Bakunin no Congresso da Liga pela Paz e pela Liberdade, em 1868, onde ela discursou como representante das mulheres socialdemocratas de Lyon. Ela fez parte da Aliança Internacional da Democracia Socialista (fundada por Bakunin a partir do racha neste congresso<sup>13</sup>) e especulou-se que o artigo sobre a abolição das leis de herança, geralmente creditado a Bakunin, na verdade foi escrito por Barbet. Ela também publicou textos sobre o ateísmo e em defesa da AIT contra os ataques de Giuseppe Mazzini (Schrupp, 2018, pp. 347-348).

Elisabeth Dimitrieff foi uma das líderes da seção russa em Genebra. Conheceu Marx aos 19 anos em Londres, quando se aproximou das ideias marxistas, e tinha também forte influência do niilismo russo. Ela se mudou para Paris, onde ajudou a fundar a maior organização de mulheres da Comuna de Paris. A União das Mulheres para a Defesa de Paris e Tratamento dos Feridos, que inicialmente era responsável por tarefas de assistência, rapidamente passou a atuar muito além. Trabalhou junto à Comissão para o Trabalho, que tinha forte presença de membros da AIT e que era favorável ao trabalho feminino defendendo também a igualdade de salários entre homens e mulheres, elaborou em projetos de construção de fábricas com mão de obra feminina, divulgou a ideia de uma organização sindical de mulheres e exigiu mais espaço para elas na vida social e política da Comuna (Schrupp, 2018, pp. 349-350; Arruzza, 2010, p. 35).

André Léo<sup>14</sup>, uma conhecida escritora de novelas com personagens femininos fortes, participou de várias organizações feministas antes de compor a AIT, como por

---

<sup>11</sup> Mulheres tinham participado ativamente dos movimentos socialistas utópico, niilista e populista russo, bem como da *International Association*, citada anteriormente. No Congresso da Liga pela Paz e Liberdade, em 1868, Marie Goegg, em seu discurso, fez críticas às posições conservadoras da AIT em relação às mulheres (Schrupp, 2018, p. 345).

<sup>12</sup> Essa forma de igualitarismo de gênero pode ser achada no programa da Aliança de Bakunin (Schrupp, 2018, p. 348).

<sup>13</sup> Mais tarde a Aliança Internacional da Democracia Socialista se juntaria à AIT.

<sup>14</sup> André Léo adotou esse pseudônimo masculino diante do preconceito contra as mulheres escritoras. Seu verdadeiro nome era Victoire Léodile Béra. André e Léo eram os nomes de seus filhos.

exemplo, a Sociedade pela Reivindicação dos Direitos das Mulheres (*Société pour la Re- vendication des Droits de la Femme*), tendo publicado, em 1869, o livro *As mulheres e a moral (Les femmes et les moeurs)*. Ela também participou da Comuna de Paris, posicionando-se contra os blanquistas e demais socialistas que defendiam conceitos violentos de revolução, e criticou o feminismo por não apoiar lutas sociais. Seu envolvimento na AIT a levou a problemas com as feministas “burguesas” (Schrupp, 2018, pp. 348-349).

Victoria Woodhull é de longe a figura mais polêmica entre as quatro. Ela pertencia a uma família de pequenos ladrões e artistas, ganhou a vida por muitos anos como clarividente e conselheira espiritual e enriqueceu dando conselhos a um multimilionário. A partir de 1865, Woodhull, junto a James Blood, um soldado traumatizado pela Guerra Civil por quem se apaixonou, passou a participar da política e de movimentos, socialistas, por reformas e abolicionistas. Ela chegou a possuir um jornal, o *Woodhull and Claflin's Weekly*, onde publicou o *Manifesto comunista* traduzido para o inglês e foi co-fundadora de seções da Internacional em Nova Iorque. Woodhull participou ativamente do movimento feminista embora não fosse bem aceita pelas mulheres burguesas e de classes médias por causa de sua origem social, e levantou as bandeiras pelo amor livre<sup>15</sup>, a abolição das leis do casamento e o sufrágio feminino, chegando a discursar sobre o tema no Comitê Judiciário do Senado e no Congresso em Washington em 1871 (Schrupp, 2018, pp. 346-347).

Antony Taylor, ao abordar as sessões americanas da I Internacional, resgata uma nítida divisão entre um setor da AIT que estabelecia relações com movimentos religiosos, sufragista, abolicionista/antirracista, e outro, marcado por sindicatos que queriam excluir mulheres, trabalhadores negros e chineses<sup>16</sup> do trabalho em favor do trabalhador branco e homem. Victoria Woodhull teria ajudado a fundir a pauta da Internacional e das organizações pelo sufrágio feminino nos EUA (Taylor, 2018, pp. 287-293). Cordillot (2018, pp. 274-275) também recorda que, em 1872, militantes da seção 12 de Nova Iorque fizeram parte na fundação do Partido pelos Direitos Iguais (*Equal Rights Party*) e lançaram uma chapa inelegível à presidência formada por Victoria Woodhull, uma mulher sufragista, e Frederick Douglas, um ex-escravo. Victoria, entretanto, seria expulsa da seção de Nova Iorque e da AIT<sup>17</sup> (Cordillot, 2018, pp. 274- 275).

Além dessas, é necessário mencionar ainda Harriet Law. Law era inicialmente ligada ao movimento secularista/ateísta inglês, mas aderiu à AIT e se aproximou do movimento socialista e feminista. Em 1867, após escrever uma carta sobre os direitos das mulheres para o Conselho Geral, ela foi convidada a uma reunião e depois incorporada como membro permanente do CG, do qual fez parte entre 1867 e 1872. Em julho de 1867, ela levou ao CG a proposta de fundar uma associação nacional de trabalhadoras em Londres, que foi bem recebida e se recomendou que ela procurasse Miss Carrol, líder das costureiras de Londres. Em 1869, durante as discussões sobre a educação no CG, ela propôs que as propriedades e fundos da Igreja deveriam ser secularizados e de-

<sup>15</sup> É preciso chamar a atenção e observar que a expressão amor livre até as primeiras décadas do século XX se referia à possibilidade de relacionamentos sem necessidade de casamento.

<sup>16</sup> Em 1870, sindicatos nos EUA chegaram a organizar protestos contra a contratação de empregados chineses (Taylor, 2018, p. 293).

<sup>17</sup> A própria seção seria também expulsa da AIT no Congresso de Haia, em 1872, sob a caracterização de que era uma seção “burguesa”.



votados à educação. Em 1872, ela assinou *As cisões fictícias na Internacional (The fictitious splits in the International)*, documento escrito por Marx contra a ala bakuninista da AIT. Ainda 1872, ela seria eleita como delegada ao Congresso da Internacional em Haia. (Rubel, 2003, pp. 345-348)

Em 1868, O Conselho Geral da AIT passaria a contar também com outras mulheres. Em janeiro, Madame Huleck seria integrada a essa instância, e, em fevereiro, Mrs Morgan<sup>18</sup> também passaria a fazer parte do Conselho. Não temos dados relevantes sobre quem foram essas mulheres<sup>19</sup>, mas é importante notar que suas presenças no Conselho Geral da AIT é um fato extremamente relevante, sobretudo se considerarmos que, à época, ainda havia resistência da sociedade e do movimento operário, inclusive na própria Internacional, à participação das mulheres nos espaços públicos, na política e mesmo à sua existência como trabalhadoras.

Morgan e Law estiveram presentes na reunião do CG em julho de 1868 quando Marx abriu o debate sobre a “influência da maquinaria nas mãos dos capitalistas” presente em *O capital*, embora não tenham tomado a palavra. Em agosto, ao retornar a essa discussão, Law observou que a maquinaria tinha tornado as mulheres menos dependentes dos homens do que antes e acabaria por emancipá-las da escravidão doméstica. Ela também interviu em 1868 e 1869 em favor dos ovalistas, trabalhadores da seda em greve em Lyon, em sua maioria mulheres, e organizou recolhimentos de fundos através da Associação de Mulheres, do Clube de Mulheres da Union Street e, indiretamente, a partir da Associação do Sufrágio Feminino. No total, 750 mulheres e 300 homens ovalistas aderiram à AIT. Em 1869, o Conselho Geral, por proposta de Marx, decidiu garantir credenciais especiais para a participação de Philomène Rozan, membra da Internacional e presidenta da Sociedade dos Ovalistas de Lyon, nas reuniões do CG (Rubel, 2003, pp. 345-348).

Nesse ano, vemos não apenas mulheres no CG, mas elas começam a surgir de forma mais frequente nos documentos. Em abril, foram dados informes sobre uma reunião arranjada entre representantes do Conselho e a Sociedade de Sapateiras de West End (GC II, pp. 203; 205); em maio, Mrs Huleck tomou a palavra para dar informes sobre a Sociedade de Sapateiros de Paris e indicar novos membros ao CG (GC II, p. 212); Law se tornou mais presente e confortável no CG, fazendo mais intervenções sobre assuntos diversos<sup>20</sup> e, inclusive, assumindo lugar como delegada dessa instância em reuniões do

<sup>18</sup> Mrs Morgan pode ter sido esposa de William Morgan, sapateiro ativo no movimento operário britânico e na Liga pelas Reformas e membro da Internacional entre 1864 e 1868. Foi Mr. Morgan que propôs, em novembro de 1867, a inclusão de Mrs Huleck no CG.

<sup>19</sup> Mrs e Mr Huleck eram membros da seção francesa da AIT em Londres, ligados ao movimento de sapateiros. (CG, II).

<sup>20</sup> Em 1867, fora a primeira fala, logo após sua admissão no CG, encontramos apenas duas intervenções de Law, em agosto, onde se voluntaria a consultar membros sobre dias das reuniões do CG e intermedeia um arranjo sobre novo local para as reuniões (GC II, p. 150; 153). A partir de 1868, Law passou a intervir mais nas reuniões (e estar mais presente também). Em junho interviu em meio à discussão polêmica sobre o local do Congresso apoiando a defesa de Marx sobre a questão, e indicou novo membro ao CG; em julho, questionou sobre as contribuições dos membros filiados; em agosto, votou por eleger uma delegação de representantes do CG; em setembro, colocou-se sobre aprovação do Relatório Anual do Conselho Geral da AIT (GC II, pp. 217-218; 227; 249).



movimento operário (GC II, p. 222), o que prova sua organicidade e reconhecimento no CG.

Antje Schrupp (2018) relata que, ao pesquisar sobre as mulheres da AIT, ela esperava encontrar uma intervenção mais ativa delas, mas encontrou mulheres que dificilmente se colocavam publicamente e quase nunca em confrontos de ideias. Schrupp avalia que elas optavam por provar a paridade entre homens e mulheres na prática, não a partir de argumentos. Colocar corpos femininos em lugares onde as mulheres não eram esperadas e bem-vindas criava uma necessidade de mediação que de outro jeito não estaria presente. Maximilien Rubel também relata que foram poucas as vezes em que as mulheres presentes no CG tomaram a palavra para se pronunciar sobre algum assunto.

Na documentação, é possível achar diversas intervenções dessas mulheres, ainda que, de fato, tímidas e esporádicas frente à desenvoltura dos homens. Entretanto, observa-se que essas mulheres estavam inseridas em uma sociedade onde o simples fato de uma mulher ir a reuniões políticas e/ou reuniões mistas era malvisto e na qual elas eram criadas para servir no espaço privado. Se muitas delas conseguiram transcender esse local, colocando-se publicamente, ativamente, revolucionariamente, muitas outras também não conseguiram.

Mas ao mesmo tempo, sabendo olhar para as fontes e enxergar as mulheres ali presentes, é possível perceber que elas não foram poucas e que foram, sim, ativas na Internacional, talvez não da forma como estamos acostumados a procurar tradicionalmente. Não era ao acaso que muitas estavam presentes na AIT e em organizações de mulheres ao mesmo tempo, bem como suas contribuições para entidade parecem ter sido significativas. Se elas não apareciam como palestrantes ativas nos Congressos e espaços de direção da Internacional, não necessariamente significa que elas não estivessem ali, e não estivessem se movimentando politicamente.

### **A reprodução social nos documentos**

A vida das mulheres não é nem nunca foi somente o mundo do trabalho assalariado ou a luta política, o espaço público, por assim se dizer. A chamada reprodução social também atravessa suas vidas. Como bem observou Lise Vogel (2013), o capitalismo depende da produção de novos trabalhadores sujeitos à exploração, produção essa que ocorre majoritariamente, embora não somente, no espaço doméstico, privado, como tarefa das mulheres. A reprodução social se refere às

atividades e atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida em uma base diária e intergeracional. Isso envolve vários tipos de trabalho socialmente necessário - mental, físico e emocional - destinados a fornecer os meios historicamente e socialmente, bem como biologicamente, definidos para manter e reproduzir a população. Entre outras coisas, a reprodução social inclui como alimentos, roupas e abrigo são disponibilizados para consumo imediato, como a manutenção e a socialização das crianças é realizada, como o cuidado dos idosos e enfermos é feito, e como a sexualidade é socialmente construída (Brenner & Laslet, 1991 *apud* Bhattacharya, 2017, p. 6).

Buscamos então, abordar os documentos da I Internacional procurando enxergar como a esfera da reprodução social aparece neles, compreendendo que ela é parte da análise da condição das mulheres.

Considerando que o objetivo último do salário, para a classe trabalhadora, é a sua subsistência, é interessante ver como a relação entre salários e elementos da reprodução social aparece nas discussões da AIT. No relatório da seção de Bruxelas destinado à discussão sobre a questão da maquinaria, apresentado no Congresso de 1868 (Bruxelas), é levantada a relação entre os baixos salários e a impossibilidade de garantir alimentos e vestimentas aos operários. Há também no documento, a percepção de que o salário serviria para “restaurar as forças” despendidas no trabalho (Musto, 2014. p. 127). A ideia da restauração das forças físicas, assim como o desenvolvimento intelectual, social e político, também está presente na discussão sobre a redução da jornada de trabalho contida nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório: as questões singulares*, documento de preparação para o Congresso de 1866 (Genebra) (GC I, p. 343). Tais elementos tateiam a ideia de “manutenção” diária da força de trabalho, presente na teoria da reprodução social, abordando os elementos materiais e imateriais que entram na manutenção e formação da força de trabalho.

A relação entre trabalho assalariado e reprodução saudável das famílias aparece a partir da definição do que seria um trabalho ideal em outro documento, o relatório da comissão sobre a redução da jornada de trabalho, apresentado no mesmo congresso:

Para que o trabalho seja verdadeiramente o exercício de um dever comum, é necessário que ele seja realizado em condições que garantam aos trabalhadores a sanidade, a satisfação de todas as suas necessidades e as de sua família, e a proteção contra os padecimentos e misérias da velhice e da invalidez (Musto, 2014. p. 132).

O documento também utiliza como argumento para a defesa da redução da jornada de trabalho uma visibilização do trabalho reprodutivo, ressaltando as responsabilidades dos trabalhadores para com suas famílias (reprodução) e a sociedade.

Se a função industrial do homem é diminuída em consequência de uma redução do tempo de trabalho, isso é justo, pois o homem não tem apenas o trabalho a realizar; ele tem também uma família para sustentar, crianças para educar, direitos civis e políticos para exercer (Musto, 2014. pp. 133-134).

Embora o documento anterior se refira à responsabilidade do “homem”, sabemos que, sobretudo no século XIX, no caso das responsabilidades com a família poder-se-ia substituir a palavra por “mulher”. Como também levanta Tithi Bhattacharya, buscando visibilizar as tarefas de reprodução realizadas pelas mulheres: “Quem cuida de uma criança doente? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar com o dever de casa? Quem pode dedicar tempo a um pai ancião enfermo?” (Bhattacharya, 2013).

Marx, em suas *Instruções para os delegados do Conselho Geral (Instructions for the delegates of the General Council)* remetido ao I Congresso (1866), em meio ao debate sobre o trabalho infantil e juvenil, aborda a questão da educação e a relação entre a “formação de uma nova geração de trabalhadores” e o futuro da classe trabalhadora e da humanidade (Musto, 2014. p. 104). O mesmo documento defende a educação escolar de crianças e adolescentes e a reivindicação de seu direito, embora as considere incapazes de agir por conta própria, e considera o trabalho de crianças e adolescentes

uma tendência progressista da indústria moderna, desde que combinado com a educação, embora tenha sido transformado em uma abominação pelo capital.

A questão da educação também seria abordada como uma responsabilidade das famílias em meio à discussão sobre a educação pública no *Rapport élaboré par les reli-eurs de Paris (Relatório elaborado pelos encadernadores de Paris)*, apresentado no Congresso de Bruxelas em 1868, em uma seção dedicada à questão da educação (Musto, 2014, pp. 225-227).

A relação entre o salário e a subsistência e reposição das forças do trabalhador, a vida familiar e a educação, elementos ligados ao que chamamos de reprodução social, aparecem, assim, de forma menos aprofundada nos documentos, ainda que haja algumas indicações a serem extraídas. Mesmo não tendo desenvolvido esses temas, a AIT não passou completamente despercebida da esfera da reprodução social.

Mas, para além disso, talvez o ganho mais significativo, do ponto de vista do debate sobre a reprodução social na AIT tenha sido justamente o questionamento e a desconstrução, no seio da entidade, da designação exclusiva das mulheres às tarefas da reprodução social. Do ponto de vista do feminismo, a Internacional contribuiu com a abertura das portas do movimento operário à “questão da mulher” e à participação feminina, travando internamente e externamente uma batalha sobre a redefinição do papel das mulheres, sobretudo trabalhadoras, na sociedade capitalista que surgia. A AIT legitimou as mulheres como parte da classe trabalhadora e ajudou a reforçar o lugar das mulheres nas lutas operárias.

Para as perspectivas de encontro entre feminismo e socialismo, a AIT foi um capítulo importante. As mulheres participaram da entidade em diversos níveis, ainda que tenham constituído uma pequena porcentagem entre os militantes internacionalistas. Por outro lado, essa pequena porcentagem de mulheres nas fábricas, nas greves, nos sindicatos, nas mobilizações, nas revoluções e na própria Internacional, contribuiu para forçar as lideranças a debaterem e se posicionarem sobre o assunto. Colocar corpos femininos em lugares onde as mulheres não eram esperadas e bem-vindas criava uma necessidade de mediação que de outro jeito não estaria presente.

### **Reflexões “finais”**

Os elementos aqui apontados partem de uma seleção ainda preliminar de documentos, mas “nos permitem perceber que questões ligadas às mulheres e a elementos da reprodução social foram fruto não somente de debate nos fóruns da AIT, mas também objeto de resoluções. Se os primeiros anos da AIT foram marcados por uma hegemonia “machista”, as mulheres foram ganhando espaço a ponto de fazerem parte do Conselho Geral, terem seções próprias e demandarem delegação e políticas ao Congresso geral.

Estudar a Associação Internacional dos Trabalhadores com um olhar que procura enxergar os múltiplos lugares onde as mulheres e os assuntos ligados a elas estão, nos permite duas coisas:

Perceber que a AIT era muito mais diversa e muito mais “filha de seu tempo” do que na maioria das vezes é vista. Houve muitas correntes de pensamento, com posições diferentes, às vezes com contradições importantes dentro da mesma corrente. A I In-

ternacional era plural e diversa e, sobretudo em seus primeiros anos, tinha lemas bastante gerais, que exigiam de seus participantes pouco além de organização de redes de solidariedade. No que tange ao debate de gênero, houve posicionamentos e defesas bastante questionáveis do ponto de vista de quem procura achar na entidade uma defesa apaixonada e unânime da emancipação das mulheres.

Perceber o outro lado da moeda, isto é, quais iniciativas nascentes do movimento operário se dispuseram a superar o preconceito existente, mobilizar as mulheres operárias e dar espaço às suas demandas. Se havia vozes dissonantes que expressavam misoginia, também havia uma história de encontro entre emancipação humana, proletária e emancipação das mulheres, como o socialismo utópico já havia colocado. Assim, a AIT foi um campo de batalhas onde esteve em jogo a superação de um movimento operário excludente com as mulheres. Se pensarmos o quanto a política e os movimentos sindicais ainda hoje são espaços masculinizados e machistas, que pouco se importam com os direitos e a autonomia das mulheres, fica mais fácil perceber o quanto havia limites, mas também muito vanguardismo nos debates colocados da AIT.

Enxergar as mulheres na pesquisa histórica requer um olhar atento, às vezes literalmente nas entrelinhas. As mulheres e/ou pesquisas sobre as mulheres da AIT que encontramos até agora traçam um perfil de mulheres que não se colocavam no espaço público da mesma forma que os homens. Mas isso não pode ser lido imediatamente como se elas não estivessem atuando politicamente.

Se por um lado em muitos momentos eram os homens que falavam publicamente sobre temas relacionados a elas, por outro é necessário indagar se esses debates existiriam se elas não estivessem ali. Não seria a presença das mulheres nas fábricas, nas greves, nos sindicatos, nas mobilizações, nas revoluções e na própria Internacional fundamental para forçar as lideranças a debaterem e se posicionarem sobre o assunto? A realidade concreta do capitalismo demonstrava que não era mais possível mandá-las para casa e dizer que o lugar delas era somente lá. Elas tinham sido arrancadas de suas casas pela expansão do trabalho fabril que buscava trabalho socialmente desvalorizado sujeito à exploração. O que cabia ao movimento operário agora era organizá-las.

## Referências

- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- BHATTACHARYA, Tithi. "What is social reproduction theory?". *Socialist Worker*, set. 2013. Disponível em: <<http://socialistworker.org/2013/09/10/what-is-social-reproduction-theory>>. [Tradução em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>>]
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BENSIMON, Fabrice. "The IWMA and its precursors in London, c. 1830–1860". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 21-38.
- CORDILLOT, Michel. "Socialism v. democracy? The IWMA in the USA, 1869–1876". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 270-281.
- DELALANDE, Nicolas. "Transnational solidarity in the making: labour strikes, money flows, and the first international, 1864–1872". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 66-88.
- DELUERMOZ, Quentin. "The IWMA and the Commune: a reassessment". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 107-127.
- ENCKELL, Marianne. "Bakunin and the Jura Federation". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 355-365.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HAYAT, Samuel, "The construction of Proudhonism within the IWMA". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 313-331.
- HERRES, Jürgen. "Karl Marx and the IWMA revisited". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 299-312.

- Institute of Marxism-Leninism of the CPSU. *The General Council of the First International, 1864-1866: minutes*. Volume I. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1964. (CG I)
- Institute of Marxism-Leninism of the CPSU. *The General Council of the First International, 1866-1868: Minutes*. Volume II. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1964. (CG II)
- JARRIGE, François. "The IWMA, workers and the machinery question (1864–1874)". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 89-107.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. (publicação original de 1867)
- McCLELLAN, Woodford. Russians in the IWMA: The Background. In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 193-206.
- MUSTO, Marcelo. (org). *Trabalhadores, Uni-vos! Antologia Política da I Internacional*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- PROUDHON, Joseph Pierre. *De la justice dans la revolution et dans l'eglise*, 1858. Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/De\\_la\\_justice\\_dans\\_la\\_R%C3%A9volution\\_et\\_dans\\_l%E2%80%99C3%89glise](https://fr.wikisource.org/wiki/De_la_justice_dans_la_R%C3%A9volution_et_dans_l%E2%80%99C3%89glise) Visitado em 11/10/2021.
- PUISSANT, Jean. "The IWMA in Belgium (1865–1875)". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 144-164.
- RUBEL, Maximilien. "The emancipation of women in the works of Marx and Engels". In: FAURÉ, Christine (ed). *Political and historical encyclopedia of women*. New York: Routledge, 2003.
- SCHRUPP, Antje. "Bringing together feminism and socialism in the First International: four examples". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 343-354.
- TAYLOR, Antony. "'Sectarian Secret Wisdom' and nineteenth-century radicalism: the IWMA in London and New York". In: BENSIMON, Fabrice; DELUERMOZ, Quentin & MOISAND, Jeanne. *Arise ye wretched of the Earth: the First International in a global perspective*. Leiden; Boston: Brill, 2018. Series: LINDEN, Marcel van der. *Studies in global social history*, volume 29, pp. 282-297.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.